

## Crise política: militares e policiais

Bolsonaro vai ter que explicar muita coisa à CPI da Covid-19 e parece que as armas não estão dispostas a dar suporte e apoiar um governo sem legitimidade, correição e ética pública



Glauco Silva de Carvalho  
22 de abril de 2021

ISAC NOBREGA/PR



Jair Bolsonaro e o vice-presidente Mourão em solenidade cívico-militar no DF

Esta semana fomos brindados com a confirmação da decisão individual do ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca da abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades na condução do combate a pandemia do coronavírus (Covid-19). Como não poderia deixar de ser, os ministros corroboraram a decisão, por ampla maioria de votos, que havia determinado ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a instalação da comissão.

Antes que algum afoito venha dizer que a decisão é tendenciosa e tem por objetivo atingir o presidente Bolsonaro, é bom esclarecer que o STF já havia decidido, de maneira semelhante, ou seja, determinando a instauração de CPI, em pelo menos outras três situações: 2005, 2007 e 2014. Quer dizer, há precedentes na jurisprudência do STF, tanto em relação ao governo Lula como no governo Dilma Rousseff. Aliás, é importante frisar, foi a CPI de 2014 que abriu espaço para o *impeachment* da presidente Dilma. Como é useiro e vezeiro no meio político, CPI a gente sabe como começa..., mas não sabe como termina.

A semana passada, e este último final de semana (17 e 18 de abril), foram marcados por intensa articulação política da situação (pró-bolsonaristas) e da oposição (anti-bolsonaristas), que deseja emplacar o *presidente* (que conduz os trabalhos, faz convocações, determina o ritmo da CPI, monta a agenda etc.) e o *relator* (encarregado por fazer o relatório final, incluindo aquilo que quer ou não quer, além de determinar a culpa ou não de mandatários políticos). É evidente que, se o relatório for amplamente contrário ao governo, este terá a opção de oferecer um relatório alternativo. Nessa situação, entrarão em votação os dois relatórios e quem tiver maioria acaba fazendo seu posicionamento e suas teses prevalecerem, no voto.

Ao que tudo indica, deverá ser o presidente da comissão o senador Omar Aziz, do PSD/AM, e o relator o senador Renan Calheiros, do PMDB/AL, experiente parlamentar, com longa vida política na Câmara e no Senado. Por Calheiros ter sido preterido por Bolsonaro para se tornar presidente do Senado, no início do governo, além de outras contrariedades político-ideológicas, é bem provável que o resultado da CPI não seja favorável ao governo caso ele seja mesmo o relator.

Igualmente, o presidente da CPI, por suas declarações e entrevistas nesse final de semana, parece não se alinhar automaticamente ao Planalto. Como resultado, vislumbram-se tempestades, trovoadas e tropeços pela frente, num governo que demorou a montar sua base política e, como agravante, ainda não sabe bem o que fazer com o orçamento de... 2021! Isso mesmo, estamos indo para o fim de abril e o governo não sancionou, ainda, o orçamento do ano em curso. Coisas de Bolsonaro.

Resta saber como se comportarão os militares e policiais.

Há uma variável que não pode ser olvidada. A participação tenebrosa e trágica do sr. Pazuello. Não emprego aqui a terminologia general porque entendo, como muitos outros, que a participação de militares, ou de policiais militares, em governos só se pode dar quando de sua passagem para a inatividade.

Pois bem, essa situação poderia, em tese, causar alguma repercussão no meio militar.

Em rápidas palavras, entendo que não. Por três razões: (i) sua passagem pelo ministério da Saúde foi uma tragédia; (ii) militares federais e estaduais (Polícias Militares) não gostam da participação de seus quadros em cargos civis enquanto estão na ativa — aliás, a bem da verdade, a legislação veda; (iii) oficiais gerais, inclusive do Alto Comando, atribuem a ida do general Pazuello para o governo como uma decisão pessoal e com cunho de vantagem para si próprio. Nessa circunstância, que responda pelo que fez, sem o respectivo apoio de sua força.

Nas Polícias Militares, pouca repercussão.

Pelo que se denota, Bolsonaro ainda vai ter muito que explicar. Por que não comprou os 70 milhões de vacinas? Por que, não sendo médico, receitou um tal de “tratamento preventivo” com cloroquina e ivermectina? Por que incentivou aglomerações e participou de inúmeras delas? Por que não se antecipou à falta de oxigênio pelo País afora? Por que, em inúmeros eventos públicos e políticos, não usou a tão recomendada máscara? Enfim, vai ter muito o que falar.

Mas parece-me que as Instituições estão firmes e sólidas. E, igualmente, me parece que as armas não estão dispostas a apoiar e conceder suporte a um governo que se esvai em legitimidade, correção e ética pública. A ver.

#### **Glauco Silva de Carvalho**

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

---

<https://www.fontesegura.org.br/politica-e-policia/ca7kz6a246>

